

**A práxis dos egressos da LEDOC/UFPI/CPCE e as contribuições para o avanço da agroecologia nos territórios camponeses**

*The praxis of LEDOC/UFPI/CPCE graduates and contributions to the advancement of agroecology in peasant territories*

Railson Borges Lima  
Mônica Castagna Molina  
**Universidade de Brasília (UnB)**  
Brasília/DF - Brasil

**Resumo**

O artigo apresenta os resultados da pesquisa “Educação do Campo, agroecologia e o modo de vida camponês: uma análise sobre a práxis dos egressos da LEDOC/UFPI/CPCE”. Analisamos as lutas dos egressos no sul do Piauí para resistirem ao avanço do agronegócio e conseguirem manter seus modos de vida. Salientamos o papel dos movimentos sociais camponeses na criação de políticas públicas que deram suporte à práxis dos egressos, disponibilizando à classe trabalhadora o direito à educação em seus locais de vida e trabalho. Os procedimentos metodológicos foram sustentados pelas categorias do Materialismo Histórico-dialético. A pesquisa nos mostrou que a matriz formativa da LEdoC/CPCE combina elementos da arte e da agroecologia alicerçados na epistemologia da práxis, que torna a extensão um espaço potencializador para a produção do vínculo dos egressos com as comunidades camponesas do sul do Piauí.

**Palavras-chave:** Práxis; Egressos; LEdoC.

**Abstract**

The article presents the results of the research “Education in Rural areas, agroecology and the peasant way of living: an analysis of the praxis of graduates from the Education in Rural Areas Degree Course at the Federal University of Piauí, Professora Cinobelina Elvas Campus (LEDOC/UFPI/CPCE)”. We analyzed the struggles of graduates in the south of Piauí to resist the advancement of agribusiness and maintain their ways of living. We highlight the role of peasant social movements in creating public policies that supported the praxis of graduates who provide the working class with the right to education in their places of living and work. The methodological procedures were supported by the categories of Historical-dialectical Materialism. The research showed us that the training matrix of LEdoC/CPCE combines elements of art and agroecology based on the epistemology of praxis, which makes the extension a space that enhances the production of bonds between graduates and peasant communities in the south of Piauí.

**Keywords:** Praxis; Graduates; Education in Rural Areas Degree Course.

## 1 Introdução

Este artigo objetiva publicizar os elementos que condicionam a construção da práxis dos egressos do curso de Licenciatura em Educação do Campo – LEdoC da Universidade Federal do Piauí – UFPI, Campus Professora Cinobelina Elvas – CPCE, situado na cidade de Bom Jesus, também conhecida como “última fronteira agrícola”, uma área de transição entre cerrado e caatinga, denominada de ecótono.

Nas duas últimas décadas, a região vem sendo desbravada por plantações de *commodities* em larga escala, sobretudo soja e milho, com o discurso desenvolvimentista de “salvar a população do atraso”, expansão que causa efeitos adversos sobre os modos de vida das comunidades camponesas que sofrem com a intensificação dos conflitos agrários e violações de direitos humanos.

Conforme observa Lima (2023), os impactos provocados são de ordem econômica, política, cultural, entre outras, e acabam influenciando e aprofundando a desigualdade social, dado o processo de concentração fundiária que ameaça e expropria o campesinato. A partir do fortalecimento da burguesia agrária e do processo de acumulação do capital, é possível verificar a tensão que o agronegócio sojicultor impõe à região, para sobrepor-se aos interesses da agricultura camponesa, majoritária nesse espaço.

A pesquisa situou-se em contexto no qual as comunidades da mesorregião de Bom Jesus sofrem impacto direto do desenvolvimento agrário hegemônico no país, porém, apesar disso, resistem e continuam produzindo e reproduzindo-se em seus territórios. Tal cenário evidencia o movimento contraditório expresso pelo próprio modo de produção capitalista.

Essa contextualização é necessária para compreendermos a dinâmica da práxis dos egressos em face da política colonial de expropriação dos territórios e de colonização dos espaços culturais dos camponeses por culturas dos latifundiários em expansão no sul do Piauí. Tal colonização é sustentada por um movimento de expansão do capital na agricultura em estágio avançado – produção de *commodities*, especulação imobiliária e agentes principais sistema financeiro, fundos de pensão.

Na contramão desse processo de colonização, a Educação do Campo torna-se um fenômeno histórico da realidade brasileira no seio dos movimentos sociais populares, tendo surgido nas bases do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA em 1998. Naquele mesmo ano, foi realizada a primeira Conferência Nacional por uma Educação

Básica do Campo, em Luziânia-Goiás, sustentada na contra-hegemonia.

Após seis anos de debates em torno das conferências pela consolidação da Educação do Campo, foi realizada em julho de 2004 a II Conferência Nacional de Educação do Campo – CNEC. A supressão da expressão “Básica” na denominação da II CNEC deu-se exatamente em função da compreensão dos movimentos sociais e sindicais do campo da necessidade da luta também por políticas que garantissem o direito à Educação Superior aos camponeses, entre elas destaca-se a conquista do próprio PROCAMPO – Programa de Apoio às Licenciaturas em Educação do Campo, que dará sustentação às LEdoCs, cuja inspiração para criação veio do PRONERA.

Foi o PRONERA que forneceu a base teórico-epistemológica e o lastro de experiências práticas de mais de dez anos de formação docente do campesinato nos cursos de Pedagogia de Terra, dos quais foram extraídos os principais elementos para a construção do Projeto Político Pedagógico – PPP das LEdoCs. Tal Projeto pressupõe um duplo compromisso: a transformação da forma escolar atual (de escola rural para escola do campo) e o apoio à territorialização do campesinato.

A partir de então, as LEdoCs buscam oferecer uma formação em alternância conciliando a rotina dos sujeitos camponeses de trabalho na terra com o estudo para a formação em nível superior, visando à sua atuação como educadores das escolas do campo. A conquista dessa política específica de formação docente materializa-se, então, no PROCAMPO.

Em 2008, o PROCAMPO lançou uma chamada pública para seleção de projetos de instituições públicas de ensino superior, que teve a inscrição de 28 IESs. O “Programa foi iniciado com quatro experiências-piloto (Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade de Brasília, Universidade Federal da Bahia e Universidade Federal de Sergipe)” (Molina, 2023, p. 75). Em 2012, foi lançada nova chamada pública para a criação de cursos de Licenciatura em Educação do Campo na modalidade presencial, quando foram criados 40 cursos em 32 instituições públicas de ensino em todas as regiões do Brasil.

A expansão do PROCAMPO representou a implantação do curso de Educação do Campo, unidade da UFPI de Bom Jesus, a partir do REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, tendo iniciado a primeira turma em 2014. Isso possibilitou o preenchimento de uma lacuna no *campus* referente à formação humana e social. Até então, os outros cursos eram vinculados à área de ciências agrárias e delineados para atender a uma demanda do agronegócio.

Nessa via antagônica, a LEdoC na região de Bom Jesus tem buscado delinear novas

rotas de experiências que incidam no embate contra a territorialização do capital no campo e a devastação ambiental, que tem sido uma afronta para as comunidades e os sujeitos camponeses, pois a alta concentração de terras e a especulação imobiliária têm contribuído para a expansão das monoculturas e a disseminação do uso de agrotóxicos.

Essas novas rotas de experiências contribuíram para a ressignificação da relação teoria e prática pela aproximação da universidade com as comunidades, proporcionada pela alternância dos tempos e espaços formativos via núcleos e projetos de extensão. Além disso, os seminários integradores consistem num momento de imersão sistemática dos estudantes nas comunidades, onde são realizadas pesquisas sobre uma situação-problema da comunidade e posteriormente é feita uma intervenção proporcionada pelo diálogo dos estudantes com os camponeses.

Nesse sentido, o diálogo de saberes se torna elemento primordial e estruturante da práxis, pois é por meio dele que a visão de totalidade é concebida, tornando-se condição fundamental para a alteração da correlação de forças numa “perspectiva emancipadora, como um pilar na constituição de proposta formativa alinhada à possibilidade de transformação da forma escolar em um horizonte contra-hegemônico em relação à lógica vigente, que fundamenta a concepção de formação docente adotada nas LEdoCs” (Molina, 2023, p. 78).

Além de alterar a correlação de forças, o conceito de práxis ajuda a transformar a forma escolar atual do campo, corroborando para que o PPP seja alinhado à realidade de vida dos educandos. Nesse cenário, realçamos que a LEdoC PI no CPCE, apesar de ter iniciado a primeira turma em 2014, só teve a agroecologia e a arte incorporadas em sua matriz formativa a contar de 2017. Isso ocorreu devido ao ingresso de professores que traziam em seu repertório profissional algum envolvimento com a agroecologia e que, de modo interdisciplinar, introduziram os debates agroecológicos nos diversos componentes curriculares e nas atividades extracurriculares do curso, associando agroecologia à arte e contribuindo para alicerçar a matriz formativa do curso, ao tornarem a agroecologia um eixo estruturante de seu projeto formativo.

Nesse sentido, o nosso objetivo neste artigo é mostrar como a extensão por meio da agroecologia e da arte ajudou a materializar a práxis dos egressos da LEdoC no CPCE desde a academia às comunidades camponesas, além de fortalecer o modo de vida das comunidades camponesas e construir resistência em face dos conflitos oriundos da relação capital/trabalho e “dos impactos socioambientais do agronegócio no Matopiba<sup>1</sup>, tais como: violência,

expropriação e perda da socioagrobiodiversidade” (Lima, 2023, p. 29).

Sumariamente, o artigo está estruturado da seguinte forma: inicialmente fazemos breve apanhado dos conflitos, impactos e desafios impostos pelo agronegócio à reprodução do modo de vida camponês, bem como as formas de organização do campesinato, uma vez que intensificam as lutas por estratégias de resistência para analisar as condições da questão agrária na região. Em seguida, destacamos os elementos que condicionaram a construção da LEdoC e da agroecologia na UFPI/CPCE. Por fim, fazemos algumas considerações sobre como a agroecologia se faz presente na práxis dos egressos e nas ações desenvolvidas por eles com a extensão, que contribuem para a territorialização do modo de vida camponês.

## **2 A práxis dos egressos da LEdoC e a agroecologia na UFPI/CPCE: impactos e desafios impostos pelo agronegócio à reprodução do modo de vida camponês na mesorregião de Bom Jesus, sul do Piauí**

Considerando a mesorregião de Bom Jesus – território Chapada das Mangabeiras no sul do Piauí – como recorte territorial, o lócus da pesquisa torna-se a práxis dos egressos da Licenciatura em Educação do Campo da UFPI/CPCE vinculados ao Núcleo de Agroecologia e Artes do Vale do Gurguéia – NAGU. A práxis dos egressos situa-se em um contexto de disputa na urgência de preencher uma lacuna exposta no espaço acadêmico, no campo e em todo o território, no que diz respeito à disputa de imaginários e de resistência na área de fronteira agrícola e de expansão do agronegócio no sul do Piauí.

O território da Chapada das Mangabeiras está localizado na divisa entre o sul dos estados do Piauí, Maranhão e Tocantins, e oeste da Bahia. Constitui importante acervo cultural e de conservação natural, pois forma uma relevante bacia hidrográfica, que é afluyente dos rios Tocantins, Parnaíba e São Francisco. Integram-se ainda a esse território parte do corredor ecológico do Jalapão, a Serra das Confusões, nascentes do Rio Uruçuí Preto e o Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba.

A caracterização e a apresentação dos potenciais hídricos e ambientais desse território torna a presente pesquisa significativa para o melhor entendimento de sua configuração e da sua contraposição no enfrentamento ao projeto MATOPIBA. Os efeitos causais desses processos de disputa em que a práxis dos egressos se mostra contrária à dinâmica do agronegócio revela vários impactos ambientais e humanos no modo de vida das comunidades em virtude do negócio de terras no sul do Piauí no âmbito do MATOPIBA, como apontam os relatórios da Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas, da Rede

Social de Justiça e Direitos Humanos, e os Relatórios sobre Conflitos no Campo produzidos pela Comissão Pastoral da Terra (FIAN Brasil; Rede Social; CPT, 2018).

A formação territorial do sul piauiense está erguida sobre os processos de modernização agropecuária e de resistência camponesa (Alves, 2000). Segundo o autor, “a expansão da fronteira agrícola iniciada na década de 1960 pela região centro-oeste chega, no final da década de 1970 e, principalmente na de 1980, também ao sul do Piauí. Define-se, a partir de então, uma nova dinâmica sócio-territorial” (p. 6). A introdução de novos pacotes tecnológicos na segunda fase do capitalismo contemporâneo no final do século XX e no início do século XXI “caracterizou-se pela crescente internacionalização e financeirização dos investimentos” para exploração de terras (Favareto et al., 2019, p. 54).

A expansão do agronegócio pelas terras da região do MATOPIBA consagrou-se com a ideia de esvaziamento do campo pela monocultura mental (Shiva, 2003), que penetrou no imaginário camponês, anulou as práticas de agricultura tradicional dos camponeses e subverteu-os à dependência do mercado. Tal expansão veio acompanhada do discurso hegemônico que enquadra a memória dos camponeses para justificar o ideário desenvolvimentista do campo como lugar vazio e ocupá-lo através de projetos avançados de mecanização agrícola. Com isso, eliminam as práticas ancestrais do campesinato e de seus povos e, conseqüentemente, negligenciam suas formas de ser, de viver e de criar no campo.

A segunda metade do século XX consagra a expansão territorial do agronegócio no MATOPIBA de forma sistemática com base na instalação de grandes projetos de monocultivo, eliminando todas as relações sociais e formas de conhecimento produzidas pelos povos autóctones e transmitidas por gerações. A negação desses saberes é acompanhada por um processo de manipulação e subversão da consciência de classe que consagra o que Shiva (2003) denomina de “monocultura da mente”.

Pesquisas realizadas pela Rede Social em cooperação com a CPT atestam que os processos de cooptação e de colonização mental na região do MATOPIBA, particularmente no sul do Piauí, foram moldados pelas relações capitalistas de produção e pela expropriação de comunidades tradicionais e de projetos agrícolas desde o início do século XIX (Stefano; Lima; Mendonça, 2020, p. 8).

Esse processo de ocupação e de exploração do território do sul piauiense pelo agronegócio foi acompanhado da “migração de agricultores latifundiários da região sul do

país, atraídos principalmente pelas terras baratas, fazendo com que as áreas de pasto destinadas para criação bovina fossem substituídas pela agricultura mecanizada e áreas de irrigação” (Souza; Freitas, 2021, p. 48), para a produção de *commodities*, especialmente de soja. Tudo isso gerou conflitos com camponeses que tiveram suas terras destinadas à pastagem do gado, pois foram invadidas por esses projetos capitalistas.

Na interface desses conflitos, a agroecologia torna-se ponto de encontro entre a questão agrária e o campesinato, uma vez que esse debate reverbera no acesso à terra, nas relações de trabalho, políticas públicas e modo de vida dos camponeses, quando falamos da construção de territórios concebidos a partir de uma relação metabólica entre sociedade e natureza (Tardin; Guhur, 2017).

Assim sendo, ressaltamos que os conceitos de território e de campesinato não podem ser discutidos sem que compreendamos a questão agrária e o modo de produção capitalista que subordina e expropria o campesinato e provoca alterações nas relações de trabalho e com a natureza. De acordo com Alentejano (2020), a questão agrária tem como marca fundamental a hegemonia do agronegócio vinculado ao grande capital transnacional, que reforça o poder do latifúndio e bloqueia a Reforma Agrária.

Alentejano (2020) destaca ainda a necessidade de compreendermos a reconfiguração da luta pela terra e os desdobramentos da questão agrária em escala macro e micro quando buscamos entender essas diferentes formas de organização. Isso é necessário sobretudo no que se refere à desconcentração de riquezas para o enfrentamento da hegemonia do agronegócio, pois, segundo o autor, essa hegemonia conspira em favor de um projeto político ideológico fundamentado na aliança entre latifundiários, governo e entes legislativos.

Nesse sentido, a territorialização do agronegócio está assentada na privatização e na concentração de terras, que se iniciou com a expansão das fazendas de gado para a produção agropecuária no final do século XX. No contexto do sul do Piauí, esse processo se intensificou em razão da apropriação do termo *commodities*, o qual foi apresentado por empresas estrangeiras produtoras de soja no início dos anos 2000.

No caso do MATOPIBA, o desbravamento no cerrado, de modo particular no sul do Piauí, tornou-se mais intenso a partir de 2002, após a chegada de imobiliárias agrícolas transnacionais que passaram a comprar terras a preços elevados através da grilagem digital. Em outras palavras, essas empresas foram beneficiadas pelo afrouxamento das leis agrárias e a falsificação de títulos (FIAN Brasil; Rede Social; CPT, 2018) realizada por meio

autodeclaratório, a exemplo do que é feito com o Cadastro Ambiental Rural – CAR.

À vista disso, a mudança na estrutura agrária consiste num par dialético da questão agrária, uma vez que o processo de concentração fundiária impulsiona o avanço do latifúndio (agronegócio) e os conflitos socioambientais no campo. Dessa forma, a ampliação do campesinato passa pelas contradições que permeiam o desenvolvimento no campo, e a sua resistência forma um par dialético que potencializa a organicidade camponesa e fomenta a promoção de práticas agroecológicas.

No bojo desse movimento dialético, as LEdoCs atuam por meio da protagonização da produção material da vida encampada pelos próprios sujeitos camponeses na gestão dos processos educativos escolares e comunitários. Com isso, eles conseguem desvelar as contradições que operam na relação capital/trabalho, que tornam indissociáveis “as questões que envolvem Terra-Luta-Trabalho-Educação-Território-Cultura-Identidade” (Molina, 2023, p. 77).

A partir dessa compreensão, as LEdoCs têm uma intencionalidade política e pedagógica, pois, além de disputarem as concepções de desenvolvimento hegemônicas em curso, disputam ainda concepções epistemológicas. Buscam delinear um novo projeto societário que seja comandado pela classe trabalhadora e fundado nas bases socialistas da pedagogia da alternância, de modo que os processos de ensino e aprendizagem sejam concebidos numa visão contra-hegemônica, para alterar a lógica de produção vigente que prioriza o lucro acima de qualquer valor da vida humana.

Nesse sentido, a formação por alternância nas LEdoCs busca “formar educadores camponeses como sujeitos de práxis” (Molina, 2023, p. 79) que sejam capazes de propor a unificação entre prática e teoria, para reconhecerem o campo como local de vida e trabalho e não apenas de reprodução mercantil. Para tanto, é necessário “estabelecer caminhos teóricos, metodológicos e práticos para a construção de uma agricultura de base ecológica, que é capaz de romper com os paradigmas dominantes do modo de produção capitalista” (Lima, 2023, p. 68).

Conforme analisam Caporal e Costabeber (2001, 2004), é preciso compreender a agroecologia como ciência, movimento e prática social, assim como sinônimo de ecologia de saberes aplicada à agricultura (Altieri, 2002), como prática cultural da ancestralidade camponesa para recriar uma interculturalidade que fortaleça o campesinato.

Como movimento, a agroecologia desperta a construção de organizações e de entidades que se mobilizam em prol da organização de experiências agroecológicas, a exemplo



da Articulação Nacional de Agroecologia – ANA, criada em 2002, e da Associação Brasileira de Agroecologia – ABA, de 2004. Juntas, são organizações que alimentam práticas produtivas sustentáveis e ecológicas em consonância com um novo projeto de campo e de sociedade, o qual é fundamentado no equilíbrio socioambiental nos mais variados ecossistemas.

Desse modo, a agroecologia passou a fazer parte de um debate importante contra a territorialização do capital no campo, de modo a provocar uma mudança na relação ser humano/natureza sem a mediação do capital, criando uma relação indissociável entre prática e teoria. Assim sendo, compreendemos a agroecologia como fonte de construção de narrativas contra-hegemônicas, vinculada à emancipação social dos sujeitos do campo e ao fortalecimento de práticas políticas de resistência voltadas à questão ecológica como resistência às relações sociais de produção capitalista expressas pelas formas hegemônicas de acumulação do capital em nível mundial.

É importante reconhecer que as primeiras experiências agroecológicas foram vividas há muito tempo, desde os povos autóctones às agriculturas alternativas promovidas pela associação AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia desde a década de 1980, que estão na base do movimento agroecológico (Silva, V. R., 2021). Posteriormente, essas experiências foram expandidas pelo Brasil no contexto da Via Campesina nos anos 2000, quando diversos movimentos sociais começaram a criar métodos e estratégias para se posicionarem publicamente e discutirem a agroecologia como política pública (Guhur; Toná, 2012).

Dessa forma, a construção do movimento agroecológico no Brasil tem forte ligação com os movimentos de articulação construídos em torno da Agricultura Alternativa, a exemplo dos “Encontros Brasileiros da Agricultura Alternativa – EBAA que proporcionaram debates sobre a então chamada agricultura alternativa, os problemas experimentados pela modernização da agricultura, entre outros temas de relevância naquele período” (Sousa, 2017, p. 634). As experiências do Projeto Rede PTA fundamentam “o processo de expansão do Movimento Agroecológico que acontece através do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MSTTR, da ANA, da Associação Brasileira de Agroecologia – ABA-Agroecologia e das diversas redes que foram constituídas ao longo do tempo” (Silva, V. R., 2021, p. 11).

No início dos anos 2000, tivemos a expansão da agroecologia tanto do ponto de vista acadêmico quanto do movimento, pois a realização de fóruns, congressos e encontros permitiram a criação das entidades que ajudaram a construir e a territorializar a agroecologia pelo Brasil: Encontro Nacional de Agroecologia – ENA, Congresso Brasileiro de Agroecologia – CBA,

Articulação Nacional de Agroecologia – ANA e a Associação Brasileira de Agroecologia – ABA (Guhur; Toná, 2012). A partir de então, o debate sobre a agroecologia foi ampliado nos espaços acadêmicos, tornando possível se discutir a sua dimensão política ligada à sua práxis social.

Nesse sentido, as universidades começaram a oferecer cursos de agroecologia ancorados nos princípios da pedagogia da alternância, em tempos e espaços educativos diferentes. Foram constituídas como espaço de contradições na disputa de concepções teóricas que fundamentaram novas metodologias e práticas em agroecologia. Elas integram o agroecossistema como unidade de análise ao articularem cultura, crenças e saberes dos camponeses em sua relação direta com a terra e a natureza.

A articulação e a organização sólida do Movimento Agroecológico no Piauí começam a tomar corpo a partir da realização do IV Seminário Piauiense de Agroecologia em novembro de 2018, no Centro de Treinamento da Emater, na capital Teresina. Esse evento foi promovido pela Articulação e Rede Piauiense de Agroecologia – ArREPIA e realizado por três instituições: Universidade Federal do Piauí, Comissão da Produção Orgânica no Estado do Piauí – CPOrg/PI e Comissão Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Teresina – CMAPO.

A partir do IV Seminário, a ArREPIA começou a florescer no semiárido piauiense, desempenhando o importante papel de agente mobilizador e articulador de políticas públicas. Constituiu-se instrumento político, tendo em vista o fortalecimento dos movimentos, das organizações e das instituições, que tecem a sociedade de trocas por meio da soberania alimentar e nutrem a diversidade de saberes e de sabores rumo à sociedade do bem viver (Acosta, 2016).

Todo esse contexto de exclusão dos povos do campo no Brasil evidencia que os marcos teóricos e políticos para a consolidação da Educação do Campo estão eminentemente imbricados na disputa por um projeto de campo, de sociedade e de educação em consonância com seus modos de vida. Ele deve respeitar a diversidade de saberes na relação metabólica entre ser humano e natureza (Molina, 2018). Desse modo, há a necessidade de uma tomada de posição para o enfrentamento das contradições capital/trabalho, campo/cidade, cultura/natureza e para a materialização de condições de vida dignas para os sujeitos do campo.

Pode-se afirmar que a transformação do modelo escolar exige uma reconfiguração da política pública de melhoria da infraestrutura e, em última instância, da garantia da terra e dos meios para que nela os camponeses possam viver, de modo que os egressos da Licenciatura em Educação do Campo possam materializar os elementos do PPP em sua práxis. Eles devem procurar atuar de

forma interdisciplinar e reconhecer a luta, a memória, a mística e a cultura como matrizes formativas, bem como o trabalho como princípio educativo associado à auto-organização e à liderança que esses egressos exercem dentro das comunidades ou dos movimentos em que possam estar inseridos, de forma que assumam papéis de protagonismo neles.

Esse papel de liderança dos egressos passou a ser exercitado e percebido dentro do próprio NAGU pela organização de processos institucionais e acadêmicos que contribuem para a territorialização da agroecologia. No exercício dessa liderança, tivemos ainda a criação de associações nas comunidades, como é o caso da Associação dos Povos Tradicionais e Indígenas da Comunidade Laranjeiras – APIGL, criada a partir da proposição de vários egressos da LEdoC UFPI (Silva, M. S. P. et al., 2022).

É desse ponto de vista que a agroecologia se materializou na LEdoC/CPCE, como prática ecológica e sustentável alternativa ao desenvolvimento hegemônico do capital. Ela desvela as contradições do próprio capital numa relação dialética com a resistência dos povos do campo. A luta pela incorporação do debate agroecológico no CPCE precede a criação da LEdoC, seus princípios orientadores passam pelas disputas territoriais de “des-envolvimento” do MATOPIBA. O CPCE se encontra nesse marco de disputas por ter uma “estrutura de cursos de graduação e pós-graduação, de docentes e discentes e de laboratórios de pesquisa, que fortalecem essa dimensão simbólica da educação que afirma essa região do Piauí como sendo o epicentro de desenvolvimento do Matopiba” (Cabral; Pantoja, 2021, p. 81).

A proposta pedagógica da LEdoC é uma construção de seus sujeitos, que almejam estabelecer um espaço de formação, de pesquisa e de ação que estimule os camponeses, sobretudo as suas organizações, a se apropriarem dos espaços acadêmicos como forma de disputarem os imaginários ideológicos e as concepções de desenvolvimento. Assim, o curso deve trabalhar a afirmação da identidade dos povos do campo como guardiões da vida, das sementes, das águas e da sociobiodiversidade.

Esse processo de apropriação evidencia que a LEdoC/PI foi fundamental para a inclusão da agroecologia nos debates políticos e acadêmicos, pois anteriormente o *Campus* da UFPI em Bom Jesus estava voltado para atender às demandas do agronegócio, no sentido de formar trabalhadores para os monocultivos do cerrado. Então, desde 2014, após a criação da LEdoC, os imaginários nessa área de fronteira agrícola começaram a ser disputados, fato que propiciou à agroecologia ganhar espaço e caminhar a passos largos.

O curso está organizado por áreas de conhecimento com o objetivo de contribuir para a

superação da fragmentação do conhecimento, motivando os estudantes a buscarem uma leitura completa da realidade necessária à sua transformação (Molina, 2021). Assim, o *Campus* de Bom Jesus tem oferecido cursos na área de Ciências Sociais e Humanas, o que torna o egresso habilitado a exercer a docência multidisciplinar nos componentes curriculares de Geografia, História, Sociologia e Filosofia nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. Nos outros *campi* da UFPI (Teresina, Floriano e Picos) a oferta é na área de Ciências da Natureza, fato que torna o egresso habilitado a atuar nos componentes curriculares de Biologia, Física e Química.

O curso é oferecido em regime de alternância e se apoia em duas dimensões formativas integradas: o Tempo Universidade – TU e o Tempo Comunidade – TC, fato que culmina na reflexão sobre a práxis (prática-teoria). Durante encontros sistemáticos ao longo do TU, os alunos têm aulas e estudam a partir de atividades planejadas pelo professor.

Essas aulas do TU são teóricas e práticas e envolvem saídas e aulas de campo. Há plenárias no TU com todos os sujeitos da LEdoC, o que representa um espaço curricular desafiador, conquistado e sempre em crise, permitindo que o princípio da participação e da auto-organização se façam presentes no curso. Há também atividades concomitantes ligadas aos projetos de extensão e de pesquisa, a exemplo da implementação de Sistemas Agroflorestais – SAFs em escolas e nas comunidades.

As atividades que configuram a dimensão TC acontecem nos meses de março, abril, setembro e outubro. Já as do TU são realizadas por 45 dias a cada semestre, nos meses de janeiro, fevereiro, julho e agosto. Ambos os tempos se complementam, pois há atividades teóricas e práticas nos dois, de modo a desenvolver no aluno a análise e a apreensão crítica do contexto social em que está inserido. Ao término das duas etapas, realiza-se o Seminário Integrador, que culmina na integração entre teoria e prática, juntamente com os sujeitos camponeses, escolas, sindicatos, associações e movimentos sociais.

O Seminário Integrador é mais do que um dispositivo curricular, uma vez que possibilita o contato direto com as comunidades. Nesse momento, a agroecologia faz-se presente na práxis dos egressos e é elaborada para se evitar a descontinuidade entre processos formativos da alternância realizados no TU e no TC. Segundo Caldart, Pereira, Alentejano e Frigotto (2012), trata-se de um conjunto articulado de ações que visam orientar (inspirar/instigar/mover) a inserção dos estudantes no mundo, na vida da escola, da comunidade, em suas formas de organização, de trabalho, em seus processos formativos, em

seu espaço e território (Silva, L. F.; Silva, V. R., 2020, p. 64).

De acordo com os sujeitos interlocutores da pesquisa, essa visão do Seminário Integrador, que vai além de uma disciplina, justifica-se pelo fato de acontecer dentro dos territórios. Ele procura desvelar os problemas elencados pelas comunidades, fato que constitui um processo de auto-organização dos discentes, que tomam o trabalho, a mística e a memória como princípios educativos. Tudo o que não se faz nas aulas ou que fica a cargo da proposição de cada professor, a exemplo das místicas, torna-se intrínseco às estruturas e às intencionalidades dos Seminários Integradores.

Desse modo, o acesso ao conhecimento científico e à escolarização é uma das mais importantes “estratégias de resistência na terra e de garantia de sua reprodução social pelo trabalho no campo” (Molina, 2014, p. 264). Essas mesmas estratégias são percebidas no sul do Piauí, condicionadas pelo desenvolvimento de práticas agroecológicas a partir da integração de saberes na lógica da Educação do Campo.

Em razão do objetivo de analisarmos a contribuição da práxis dos egressos da LEdoC/UFPI/CPCE vinculados ao NAGU para a territorialização da agroecologia e o fortalecimento do modo de vida camponês na mesorregião de Bom Jesus, os definimos como intelectuais orgânicos da classe trabalhadora, na perspectiva crítica e emancipatória ancorada no referencial teórico do Materialismo Histórico-dialético. Tal perspectiva integra a agroecologia como pauta transversal do curso e da atuação desses egressos nas comunidades, sindicatos, escolas e outros espaços.

Ancorado nessa perspectiva dialética do método e considerando as categorias abordadas na pesquisa, a nomeação dos egressos entrevistados contemplou substantivos da natureza que evidenciassem os significados e os valores de suas lutas durante os processos políticos e comunitários de atuação. Assim sendo, durante as entrevistas, perguntamos aos egressos como gostariam de ser identificados, procedimento relacionado ao objeto de estudo, lócus da pesquisa e contexto histórico territorial dos sujeitos, de forma a preservar suas identidades.

Esse processo nos ajudou a compreender a gênese da realidade concreta fundamentada nos princípios da agroecologia como forma de identificar os elementos que constituem o movimento de formação entre a práxis dos egressos da LEdoC/CPCE, a territorialização da agroecologia e a reprodução ampliada do campesinato sob a ótica constitutiva do modo de vida camponês.

Conforme ressalta um dos egressos entrevistados:

*A práxis dos egressos da LEDOC/UFPI/CPCE e as contribuições para o avanço da agroecologia nos territórios camponeses*

*A LEdoC foi e continua sendo muito importante para a minha formação humana e pessoal enquanto educador e camponês. Isso se tornou mais evidente quando passei a fazer parte dos projetos de extensão que envolviam a agroecologia e o teatro político, pois me concedeu uma certa sensibilidade para enxergar o quanto fomos e somos negligenciados e invisibilizados, seja pela mídia hegemônica ou pelo estado, que tem privilegiado o setor do agronegócio com o financiamento de créditos (Buriti, relato em 23/2/2023).*

A atuação prática e social dos egressos nos projetos de extensão e pesquisa condicionou processos de sensibilização e de tomada de consciência política pelos camponeses no sentido de reconhecerem suas identidades e se afirmarem como intelectuais orgânicos da classe trabalhadora. Suas atuações contribuem para a transformação da forma escolar atual e para a construção de um novo projeto de campo e de sociedade fundamentado numa cultura política contra-hegemônica que tem a agroecologia e a Educação do Campo como ferramentas potencializadoras desse processo.

O mesmo egresso que anteriormente destacou a importância da LEdoc para sua formação fez também uma reflexão fundamental sobre a necessidade de uma atuação orgânica no campo das ideias para disputar os imaginários que penetram em mentes e corações:

*A gente entende que além do processo de dominação dos territórios, existe também um processo de dominação das mentes no campo das ideias. As ideias são fundamentais para reforçar esse discurso prático de des-envolvimento, é tanto, que ele é reproduzido pelos próprios camponeses como algo que não os prejudica. Então a gente vê muito esses discursos no campo das ideias, que está muito instaurado por um projeto colonial, que fomos expostos há séculos e que ainda hoje está enraizado na sociedade. Então, a gente ainda precisa descolonizar essas ideias do “agro é pop”, “agro é tech”, “agro é tudo”, e discutir todos os seus impactos e consequências (Buriti, relato de 23/2/2023).*

O relato reforça a ideia de intelectuais como categoria orgânica e evidencia a emancipação dos sujeitos para analisarem a realidade de forma crítica. Exige também a superação de ideologias dominantes pela compreensão da totalidade histórica dos processos sociais ancorados na memória e na ancestralidade dos povos em seus territórios e, dessa forma, deve promover a resistência e a construção de uma contra-hegemonia movida pela luta social.

Nesse sentido, a transformação desses egressos em sujeitos de práxis configura-se um processo revolucionário, à medida que utilizam sua força de trabalho nos próprios meios de produção. Isso ajuda a materializar a produção de conhecimentos acadêmicos e populares através de suas relações com a terra, bem como o papel da LEdoC na ressignificação do diálogo de saberes para a recuperação da falha metabólica entre sociedade e natureza (Tardin; Guhur, 2017).

Esse processo representa um salto na organicidade do pensamento. Assim, entendemos que o diálogo de saberes constitui uma categoria central da práxis para a compreensão crítica e a transformação do mundo, uma vez que os sujeitos são os protagonistas de sua própria ação. Dessa forma, a compreensão crítica da realidade exige uma organização de saberes pautada na comunicação horizontal. Isso significa uma dialética que promova unicidade entre teoria e prática, assim como a valorização do saber fazer camponês e das práticas agroecológicas desenvolvidas no âmbito desse diálogo para a produção material da vida e a superação das desigualdades produzidas pelo processo de desterritorialização do campo promovido pelo agronegócio, haja vista que este impede o modo de vida camponês e sua produção ou reprodução.

*Essa questão da teoria e a prática, de certa forma, é realizada quando nós chegamos na comunidade e respeitamos aquilo que os camponeses já têm de conhecimentos, por exemplo, se eles desenvolvem tal prática de tal forma, nós não podemos chegar e falar que está errado. Na verdade, o que fazemos é tentar complementar esses saber e aprender junto com eles também, pois o conhecimento agroecológico é construído por meio desse processo de mediação que se encontra na base, ou seja, nas tradições, que é justamente o saber ancestral desses povos, que representa, de fato, uma dimensão fundamental do modo de vida das comunidades (Cacto, relato em 4/3/2023).*

Com base nesse argumento, sustentamos que a dimensão da práxis na LEdoC passa pelo processo de alternância pedagógica como princípio agregador para estreitar os laços entre universidade e comunidades. Segundo os egressos, ela vai além de alternar os tempos e espaços dentro do currículo do curso; a alternância é um movimento orgânico de idas e vindas, em que os estudantes, juntamente com os educadores, buscam replicar e conectar os debates teóricos realizados nas disciplinas durante o TU ao modo de vida das comunidades.

Portanto, compreendemos que a alternância deve ser concebida pelo diálogo de saberes como concepção da construção do conhecimento e do método de trabalho na Educação do Campo ancorada no Materialismo Histórico-dialético. Ela deve desvelar a historicidade da luta social e suas contradições, a materialidade e totalidade das experiências construídas por meio das territorialidades. A transformação do território depende de uma construção política e simbólica, e o respeito aos ciclos de reprodução da vida é um princípio ético.

As experiências de apreensão e incorporação da agroecologia pelos egressos a partir de sua práxis como sujeitos coletivos educadores em escolas do campo, em comunidades, em assentamentos e em sindicatos reforça a empiria fomentada pela LEdoC para fundamentar a teoria discutida nas aulas do TU e se torna fator preponderante da disputa por um projeto de

desenvolvimento que seja protagonizado pelo campesinato.

As experiências concebidas após a reestruturação metodológica do Seminário Integrador de 2017 e a inserção dos debates e práticas agroecológicas de maneira transversal nos diversos componentes curriculares dão conta de que a matriz formativa ganhou uma nova configuração político-pedagógica. Essas inovações nos componentes curriculares foram propostas por um grupo de educadores que chegou durante esse mesmo período e que carregava em seu repertório formativo o envolvimento com a agroecologia. Assim, o princípio da alternância se torna mais evidente no currículo do curso, uma vez que os estudantes passaram a vivenciar e a desenvolver experiências agroecológicas em aulas de campo no TU e no TC. A partir dessas experiências, podemos observar um aumento no nível de consciência dos estudantes camponeses e de suas comunidades, que passaram a se sensibilizar com o reconhecimento de suas identidades e com os processos de opressão verificados na realidade.

As reflexões construídas a partir da voz dos egressos nos fazem perceber que eles continuam trabalhando a agroecologia em seus espaços de atuação desde as comunidades, as escolas, os assentamentos e os sindicatos, como ressaltam os entrevistados.

*Nas minhas aulas na escola eu procuro sempre chamar atenção de meus alunos para a importância de eles reconhecerem a própria identidade e se afirmarem enquanto sujeitos do campo, pois muitos tentam negar sua identidade. Então eu procuro alinhar os conteúdos a esse contexto, às vezes é desafiador por conta do currículo da escola ser muito engessado e os tempos não possibilitarem um maior aprofundamento dessas questões, mas eu procuro sempre tá levando essa mensagem para eles valorizar suas origens e causar pertencimento. Hoje eu consigo fazer isso graças ao meu envolvimento com a agroecologia dentro da LEdoC que me possibilitou enxergar o mundo de outra forma (Pequi, relato em 13/3/2023).*

Essas narrativas apontam que há uma continuidade do vínculo afetivo dos egressos com o curso e com a agroecologia, fato que os faz transformarem seus próprios lotes em quintais produtivos com base em práticas realizadas nas disciplinas, seja no TU ou no TC, em projetos de extensão e seminários integradores. Para os egressos, a agroecologia é uma práxis em constante construção, protagonizada à luz de um processo de comunicação popular fundamentado nos saberes da Educação do Campo, consolidando a emancipação dos camponeses no sul do Piauí.

A esse respeito, uma das egressas afirma:

*Depois de conhecer a LEdoC, eu tenho bastante cuidado e respeito com o solo. E isso, até hoje, eu continuo desenvolvendo. É algo gradativo que eu venho sempre discutindo com as pessoas. Eu venho sempre tentando passar isso do que eu aprendi durante o curso, durante as práticas agroecológicas, do uso do biofertilizante, dessas queimadas. E eu acho que esse trabalho tem surtido efeito,*



*porque muitas pessoas hoje, das quais eu tenho tentado passar o que eu aprendi, eles têm feito isso. E na minha própria casa, com meus parentes, eu tenho tentado passar isso. Sempre que eu tenho uma oportunidade, eu tenho transmitido isso. Porque eu observo que lá em casa, o próprio exemplo da minha casa, hoje o solo é bem mais fértil. Até tem algumas plantas como “chocalho de cobra”, que significa que o solo está fértil, que lá em casa tinha uma parte que já tinha, mas agora a outra parte também, principalmente uma parte que era só areia, hoje já tem. Assim eu aprendi que na agroecologia nada se perde, tudo se cria. Tudo que nós aprendemos durante o curso, lá em casa, nós não só fizemos durante as aulas práticas, não só fizemos durante o projeto Quintais Agroecológicos. Nós demos continuidade, até hoje tem (Semente, relato em 22/2/2023).*

As práticas desenvolvidas pela egressa e mencionadas em sua fala, a exemplo da conservação do solo com técnicas que permitem sua fertilidade, representam o saber fazer camponês e sua relação com o modo de vida na convivência com o cerrado, com a caatinga e com os baixões. Elas se tornam ferramentas de resistência para a construção de processos de organização política e social, bem como de estratégias de autonomia para a manutenção e o fortalecimento do modo de vida camponês (Silva, V. R., 2021).

Considerando a fala dos entrevistados, a agroecologia mostrou-se ancorada nos princípios e fazeres da Educação do Campo e da Pedagogia da Alternância. Da perspectiva da práxis dos egressos, a agroecologia está sendo territorializada pelo sul do Piauí mediante a aproximação entre a LEdoC e as comunidades camponesas e seus sujeitos. Ela vislumbra novos aportes teóricos e práticos que recuperem a ancestralidade desses povos e reconfigurem a relação com a terra para que lutem pela superação dos conflitos e dos impactos causados pelo agronegócio.

Em face das narrativas apresentadas nas entrevistas e por todo o processo de construção teórico-prático evidenciado ao longo desta pesquisa – desde a implantação da LEdoC no Campus da UFPI em Bom Jesus até as comunidades ou na universidade –, é visível que a agroecologia está presente na práxis do curso e profissional dos egressos no âmbito das escolas, sindicatos, pastorais e em atividades profissionais que nada têm a ver com a formação inicial, assim como em sua vida cotidiana como agricultores(as).

Do ponto de vista da Educação do Campo, percebemos a transversalidade da agroecologia no curso da LEdoC/UFPI/CPCE contribuindo com a construção de um conhecimento dialogado que respeita os ciclos e ritmos da natureza. Em outras palavras, há um conhecimento que evolui junto com a cultura dos povos com base numa ecologia de saberes que evidencia o movimento contraditório do modo capitalista de produção, acobertado pela figura do agronegócio. Portanto, a construção do conhecimento agroecológico da prática à teoria no âmbito da práxis dos egressos da LEdoC constitui-se instrumento de luta política para mediar e contribuir com o enfrentamento

dos conflitos, das contradições e antagonismos gerados pelas relações desiguais entre capital e trabalho, que dificultam a reprodução social dos povos e comunidades.

### **3 Conclusão**

Tendo em vista o objetivo proposto nesta pesquisa, sustentamos que, a partir da produção e da diversificação do conhecimento agroecológico no âmbito da Educação do Campo, é possível fomentar a territorialização camponesa e seu modo de vida, assim como disputar a elaboração de políticas públicas que possam viabilizar o desenvolvimento agroecológico. Esperamos ainda que as reflexões obtidas com a análise dos dados das entrevistas favoreçam o planejamento e a incidência de ações políticas, sociais e culturais direcionadas à manutenção e fortalecimento do modo de vida camponês na mesorregião de Bom Jesus.

Em síntese, podemos afirmar que a práxis dos egressos contribuiu e continua contribuindo para a territorialização da agroecologia e para o fortalecimento do modo de vida camponês na mesorregião de Bom Jesus, sul do Piauí. Tal contribuição é perceptível graças à reconfiguração da matriz formativa do curso que, a partir do segundo semestre de 2017, passou a conceber elementos da arte e da agroecologia como princípios formativos alicerçados na epistemologia da práxis. Esta incorpora de forma transversal e dialógica a unicidade entre teoria e prática que potencializa a auto-organização dos estudantes e possibilita a aproximação das comunidades camponesas e a construção de um novo perfil extensionista dos estudantes. De acordo com os depoimentos dos egressos entrevistados, esse processo garantiu a continuidade de seu vínculo com a LEdoC e com as comunidades mesmo após terem concluído o curso.

A extensão é o espaço que continua produzindo o vínculo dos egressos com a agroecologia e incidindo sobre os territórios. Nesse sentido, é o lugar que continua produzindo a comunicação com o intuito de anunciar e denunciar as violações de direitos provocadas pelo agronegócio nos territórios camponeses. Assim, como há tempos nos ensinou o mestre Paulo Freire, compreendemos que de fato não há extensão sem comunicação (Freire, 1983).

### **Referências**

ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária; Elefante, 2016.

ALVES, Vicente Eudes Lemos. **Formação territorial sul piauiense**: modernização agropecuária e resistência camponesa. 240 Fls. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde->

[19122022-175543/publico/2000\\_VicenteEudesLemosAlves.pdf](https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/19122022-175543/publico/2000_VicenteEudesLemosAlves.pdf). Acesso em: 18 fev. 2023.

ALENTEJANO, Paulo. A hegemonia do agronegócio e a reconfiguração da luta pela terra e Reforma Agrária no Brasil. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, SP, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência”, v. 4, n. 42, p. 251-285, 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7763>.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Rio de Janeiro; São Paulo: Expressão Popular; AS-PTA, 2002.

CABRAL, Caio de Meneses; PANTOJA, Davi Lima. Núcleo de Agroecologia e Artes do Vale do Gurguéia (NAGU): da formação às primeiras impressões de sua atuação no sul do Piauí. In: PEREIRA, Kelci Anne; SILVA, Valcilene Rodrigues; DIAS, Millena Ayla da Mata (org.). **Faz escuro, mas cantamos: agroecologia e política no sul do Piauí**. Curitiba: CRV, 2021. p. 79-92.

CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: EPSJV; Expressão Popular, 2012.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural**. Porto Alegre: Emater/RS-ASCAR, 2001.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

FAVARETO, Arilson *et al.* (org.). **Entre chapadas e baixões do Matopiba: dinâmicas territoriais e impactos socioeconômicos na fronteira da expansão agropecuária no cerrado**. São Paulo: Prefixo Editorial, 2019.

FIAN BRASIL – Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas; REDE SOCIAL – Rede Social de Justiça e Direitos Humanos; CPT – Comissão Pastoral da Terra. **Os custos ambientais e humanos do negócio de terras: o caso do Matopiba, Brasil**. Brasília: Fian Brasil, 2018. Disponível em: <https://fianbrasil.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Os-Custos-Ambientais-e-Humanos-do-Negocio-de-Terras-.pdf>.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GUHUR, Dominique Michèle Perioto; TONÁ, Nilciney. Agroecologia. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: EPSJV, Expressão Popular, 2012. p. 57-64.

LIMA, Railson Borges. **Educação do Campo, agroecologia e o modo de vida camponês: uma análise sobre a práxis dos egressos da LEDOC/UFPI/CPCE**. 135 fls. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) – Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

MOLINA, Mônica Castagna. Análises de práticas contra-hegemônicas na formação de educadores: reflexões a partir do curso de Licenciatura em Educação do Campo. In: CUNHA, Célio; SOUSA, José

Vieira; SILVA, Maria Abádia. **O método dialético na pesquisa em educação**. Campinas, SP: Autores Associados; Brasília: UnB, 2014. p. 263-290.

MOLINA, Mônica Castagna. 20 anos do Pronera e da Educação do Campo. In: GUEDES, Camila Guimarães et al. (org.). **Memória dos 20 anos da Educação do Campo e do Pronera**. Brasília: Universidade de Brasília, 2018. p. 36-45. Disponível em: [https://fonec.org/wp-content/uploads/2021/04/Memoria-dos-20-anos-da-educacao-do-campo-e-do-PRONERA\\_16.04.2021.-1.pdf](https://fonec.org/wp-content/uploads/2021/04/Memoria-dos-20-anos-da-educacao-do-campo-e-do-PRONERA_16.04.2021.-1.pdf).

MOLINA, Mônica Castagna. Editorial: Resultados de pesquisas sobre os(as) egressos(as) das Licenciaturas em Educação do Campo no Brasil. **Rev. Brasileira de Educação do Campo**, Tocantinópolis, TO, v. 6, p. e13419, 2021. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/13419>.

MOLINA, Mônica Castagna. Concepções de formação em disputa em contexto de exclusão: reflexões e desafios a partir da análise das Licenciaturas em Educação do Campo. **Formação em Movimento**, Rio de Janeiro, v. 5, especial, n. 10, p. 70-92, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufrj.br/index.php/formov/article/view/695/674>.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo: Gaia, 2003.

SILVA, Luziene Francisco; SILVA, Valcilene Rodrigues. Seminário integrador: articulação entre saber científico e saber popular para fortalecimento da educação do campo. In: SILVA, Alexandre L. Santos et al. (org.). **Educação do campo: sujeitos, saberes e reflexões**. Picos: EDUFPI, 2020. p. 63-89.

SILVA, Maria do Socorro Pereira et al. Extensão popular na atualidade dos direitos do povo indígena Gamela na “última fronteira agrícola”, no Piauí. **Rev. Educação Popular**, Uberlândia, MG, v. 21, n. 3, p. 118-140, 2022. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/64725>. Acesso em: 14 out. 2023.

SILVA, Valcilene Rodrigues. **A complexidade da agroecologia no caminhar para agroecossistemas e sociedades sustentáveis: uma mirada desde o semiárido de Pernambuco**. 413 fls. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

SOUSA, Romier da Paixão. Agroecologia e educação do campo: desafios da institucionalização no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 38, n. 140, p. 631-648, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/NVYdW7qx7dNfNC9fS9FQKK/?format=pdf>.

SOUZA, Sônia Maria Ribeiro; FREITAS, Bernadete Maria Coêlho. A questão agrária, o campesinato e a construção da agroecologia no território piauiense. In: PEREIRA, Kelci Anne; SILVA, Valcilene Rodrigues; DIAS, Millena Ayla da Mata (org.). **Faz escuro, mas cantamos: agroecologia e política no sul do Piauí**. Curitiba: CRV, 2021. p. 43-62.

STEFANO, Daniela; LIMA, Débora; MENDONÇA, Maria Luisa. **Especulação com terras na região Matopiba e impactos socioambientais**. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2020. Disponível em: [https://www.social.org.br/files/pdf/RelatorioREDE\\_NOV2020.pdf](https://www.social.org.br/files/pdf/RelatorioREDE_NOV2020.pdf).

TARDIN, José Maria; GUHUR, Dominique Michèle Perioto. Agroecologia: uma contribuição camponesa à emancipação humana e à restauração revolucionária da relação metabólica sociedade-natureza. In: MOLINA, Mônica Castagna et al. (org.). **Análise de práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais de ciências agrárias**: reflexões sobre o Programa Residência Agrária. Vol. II. Brasília: Ed. UnB, 2017. p. 44-99.

## Nota

---

<sup>1</sup> Política de expansão do capitalismo na agricultura, situado na fronteira de expansão do agronegócio brasileiro no nordeste do bioma Cerrado, que engloba os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

## Sobre os autores

### **Railson Borges Lima**

Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural pela Universidade de Brasília – UnB. Licenciado em Educação do Campo - Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do Piauí – UFPI. Professor temporário de Sociologia da Secretária de Educação do Distrito Federal. E-mail : [railsonborges162016@gmail.com](mailto:railsonborges162016@gmail.com)  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6785-0435>  
Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8790973915457028>

### **Mônica Castagna Molina**

Pós-doutora em Educação pela UNICAMP. Professora Associada da Universidade de Brasília – UnB no Programa de Pós-graduação em Educação e no Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural. E-mail: [mcastagnamolina@gmail.com](mailto:mcastagnamolina@gmail.com)  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9901-9526>  
Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4988311066895705>

Recebido em: 30/10/2024

Aceito para publicação em: 31/10/2024